

RECURSO ESPECIAL Nº 1.847.138 - SP (2019/0331013-7)

RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
RECORRENTE : DAVID GONCALVES SANTOS
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
FELIPE AUGUSTO PERES PENTEADO - DEFENSOR
PÚBLICO - SP273113
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

PENAL. RECURSO ESPECIAL. FURTO TENTADO. ARTIGO 155 DO CÓDIGO PENAL. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. HABITUALIDADE DELITIVA. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por **DAVID GONÇALVES SANTOS**, com fundamento no art. 105, inciso III, alínea **a** e **c**, da Constituição da República, contra o v. acórdão prolatado pelo eg. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que deu parcial provimento ao recurso da defesa para redimensionar a pena aplicada.

Nas razões do recurso especial, o recorrente sustenta a violação do art. 155, caput, do Código Penal, e do art. 386, inciso III, do Código de Processo Penal, ao argumento de que o v. acórdão recorrido deixou de reconhecer a aplicação do princípio da insignificância, a despeito do irrisório valor do bem subtraído.

Apresentadas as contrarrazões (fls. 362-371), o recurso foi admitido na origem e os autos encaminhados a esta Corte Superior.

A d. Subprocuradoria-Geral da República apresentou parecer pelo **desprovimento** do recurso especial (fls. 384-386).

É o relatório.

Decido.

Superior Tribunal de Justiça

Consta dos autos que o recorrente foi condenado como incurso nas reprimendas do art. 155, **caput**, c/c art. 14, inciso II, ambos, do Código Penal à pena de 2 (dois) anos de reclusão, em regime inicial fechado, e ao pagamento de 20 (vinte) dias-multa (fls. 221-229).

Em segunda instância, o eg. Tribunal **a quo** deu parcial provimento ao apelo da defesa, mantendo-se a sentença condenação, mas reduzindo a pena para 1 (um) ano de reclusão, além de 10 (dez) dias-multa.

A questão a ser analisada cinge-se a aplicação do princípio da insignificância no caso. O eg. Tribunal de origem **a quo** assim se manifestou sobre o ponto (fl. 317):

"De outra feita, mostra-se inviável a adoção do chamado princípio da insignificância ou da bagatela.

Com efeito. A aplicação do referido princípio exige a análise de outros vetores alinhados pela jurisprudência do C. Supremo Tribunal Federal, a saber, a) mínima ofensividade da conduta; b) reduzido grau de reprovabilidade do comportamento; c) inexpressividade da lesão jurídica provocada e d) nenhum periculosidade social da ação.

No caso, conquanto o valor dos bens subtraídos não seja expressivo (R\$ 21,47 fl. 12), não há que se falar em reduzido grau de reprovabilidade do comportamento, posto que o recorrente é um contumaz violador da norma penal, eis que possui maus antecedentes, sendo, inclusive reincidente (fls. 212 a 214)."

A jurisprudência assente desta Corte Superior é no sentido de que nos casos em que o agente possui comportamento habitualmente voltado à prática criminosa referida circunstância indica reprovabilidade da conduta suficiente ao afastamento da incidência do princípio da insignificância, razão pela qual não se sustenta a alegação defensiva de vulneração do art. 155 do Código Penal, e o pedido de reforma do acórdão recorrido para absolver o recorrente por ausência de tipicidade material da conduta praticada.

Sobre o tema, colaciono os seguintes precedentes deste Superior Tribunal de Justiça:

PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO

REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FURTO. HABITUALIDADE DELITIVA. ROMPIMENTO DE OBSTÁCULO. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INAPLICABILIDADE. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. A jurisprudência desta Quinta Turma reconhece que o princípio da insignificância não tem aplicabilidade em casos de reiteração da conduta delitiva, salvo excepcionalmente, quando as instâncias ordinárias entenderem ser tal medida recomendável diante das circunstâncias concretas do caso, o que não se infere na hipótese em apreço, máxime por se tratar de réu contumaz na prática de crimes contra o patrimônio. Precedentes.

2. Inviabiliza-se o reconhecimento do crime bagatelar, porquanto o crime de furto foi qualificado pelo rompimento de obstáculo, circunstância concreta desabonadora, nos termos da jurisprudência deste Tribunal Superior.

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 1137816/MS, Quinta Turma, Rel. Ministro **Ribeiro Dantas**, DJe 11/10/2017, grifei)

PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OFENSA AO ART. 386, III, DO CPP. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INAPLICABILIDADE. FURTO QUALIFICADO. ROMPIMENTO DE OBSTÁCULO. REITERAÇÃO DELITIVA. VALOR DO BEM QUE NÃO É ÍNFIMO. ACÓRDÃO RECORRIDO DE ACORDO COM O ENTENDIMENTO DO STJ. SÚMULA 568/STJ. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. A Terceira Seção desta Corte Superior, no julgamento dos EAREsp nº 221.999/RS, firmou "a orientação no sentido de que a reiteração criminosa inviabiliza a aplicação do princípio da insignificância, ressalvada a possibilidade de, no caso concreto, as instâncias ordinárias verificarem que a medida é socialmente recomendável".

2. Nos termos da jurisprudência pacífica deste Tribunal Superior a prática do delito de furto qualificado por escalada, arrombamento, rompimento de obstáculo ou concurso de agentes, indica a especial reprovabilidade do comportamento e afasta a aplicação do princípio da insignificância.

3. Consoante entendimento deste Superior Tribunal de Justiça, não pode ser considerada insignificante a subtração de uma bicicleta, um ventilador e uma faca, avaliados em R\$110,00 (cento e dez reais), correspondente à época dos fatos, 25.12.2015, a mais de 13% do salário mínimo vigente, que perfazia R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais), mormente

Superior Tribunal de Justiça

quando constatada a habitualidade delitiva e a prática do crime na sua forma qualificada.

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 1204004/MS, **Sexta Turma**, Rel. Ministra **Maria Thereza de Assis Moura**, DJe 08/03/2018, grifei)

Ante o exposto, com fulcro no art. 255, § 4º, inciso II, do Regimento Interno do STJ, **nego provimento** ao recurso especial.

P. e I.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministro Leopoldo de Arruda Raposo
(Desembargador Convocado do TJ/PE)

Relator